



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680142 - MA (2021/0219210-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RUAN VICTOR CHAVES SOARES E OUTRO
ADVOGADOS : RUAN VICTOR CHAVES SOARES - MA021577
JOSENIAS COSTA DOS SANTOS - MA022182
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : LUCAS ALVES GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS ALVES GONCALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (HC n. 0804967-70.2021.8.10.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pelo suposto cometimento do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto, além de ausentes os requisitos da preventiva, carece a segregação cautelar de fundamentação idônea.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente responda o processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, os impetrantes não juntaram a cópia integral do acórdão que julgou o citado HC n. 0804967-70.2021.8.10.0000, visto que constam dos autos apenas a ementa e o relatório, de modo que as razões do próprio voto – e que delineiam o convencimento dos julgadores para denegação da ordem – não foram juntadas aos autos.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão do HC n. 0804967-70.2021.8.10.0000.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente